

O SENSO COMUM DE INFORMAÇÃO: QUESTÕES OPORTUNAS

Marcos Gonzalez

Doutor em Ciência da Informação (PPGCI IBICT/UFRJ);
Tecnologista do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Email: gonzalez@jbrj.gov.br

Resumo

Problematizamos o conceito de informação, sob a perspectiva da Linguística Sociocognitiva, em especial da *teoria da metáfora conceptual* e da *teoria dos frames semânticos*, a fim de verificar se a terminologia predominante da Ciência da Informação (CI) é próxima do “senso comum”, como querem alguns autores da área. De fato, pudemos descrever o esquema cognitivo em que o conceito de *informação* é produtivo. Identificamos um componente da *metáfora do canal*, a metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO, capaz de confirmar a suspeita dos epistemólogos da CI e ir além: ela revela uma maneira mecânica de “falar sobre comunicação” que é de um “senso comum” desde há muitos séculos. Qual “senso comum”? Argumentando que a metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO faz mais sentido no contexto da comunicação escrita do que na falada, sugerimos uma revisão crítica dos efeitos que o letramento em massa aos seis anos poderia estar provocando na mentalidade ocidental: ao valorizar a escrita, tecnologia fundamental para a sustentabilidade das “sociedades da informação”, estaremos negligenciando a oralidade e, em consequência, negando nossa humanidade?

Palavras-chave: Conceito de informação. Linguística sociocognitiva. Metáfora do canal. Oralidade e letramento.

69

THE COMMONSENSE OF INFORMATION: TEMPESTIVE QUESTIONS

Abstract

We problematize the concept of information, from the perspective of socio-cognitive linguistics, especially that from the *conceptual metaphor* and *semantic frames* theories, in order to check whether the prevailing terminology of the Information Science (IS) is close to the “commonsense”, as some authors wish. In fact, we describe a cognitive scheme in which the concept of information is productive. A component of the *conduit metaphor*, INFORMATION IS CONTENT, seems to confirm the suspicion of IS epistemologists and more: it reveals a mechanical way to “speak about communication” that is a “commonsense” for centuries. Which “commonsense”? Arguing that the metaphor INFORMATION IS CONTENT makes more sense in the context of written language than in spoken one, we suggest a critical review of the effects that mass literacy at age six could be causing in Western mind: giving prestige to the writing language, a key technology for the sustainability of “information societies”, are we neglecting orality and therefore denying our humanity?

Keywords: Concept of Information. Socio-cognitive linguistics. Conduit metaphor. Orality and literacy.

1 Introdução ao tema

Em 1988, a revista *Ciência da Informação* publicou a tradução de um artigo de Richard Bouche, então pesquisador do Laboratório de Informática Documentária da



Universidade Claude Bernard (Lyon I, França), intitulado *Ciência da informação: ciência da forma*. Fazia então dez anos a criação, no Ministério de Educação da França, de uma seção de “ciências da informação e da comunicação” servindo de quadro às atividades de ensino e de pesquisa. Assistia-se, em vários países, a uma evolução de escolas de biblioteconomia e de documentação em direção a uma denominação contendo a expressão “ciência da informação” e, com efeito, nos EUA, “cientistas da informação” eram percebidos por muitos bibliotecários como uma espécie de ameaça até o final dos anos 70 (ORTEGA, 2004).

Bouche (1988) revisita o esquema clássico do pensador russo Roman Jakobson que, quatro décadas antes, elaborara uma teoria da comunicação humana “solidamente escorada” dos postulados da cibernética e da *teoria matemática da comunicação* de Shannon. Bouche assim o resume:

- *O emissor* que, em certo momento, “aprovou a necessidade de emitir uma mensagem”;
- *O receptor* é o destinatário da mensagem;
- *O canal*. É por ele que “transita a mensagem”. Ele se compõe de elementos físicos (papel, filme, vibrações sonoras, ondas eletromagnéticas etc.) e precisa utilizar ferramentas mais ou menos complexas (caneta, microfone, câmera, aparelhos de telefone, receptores de televisão etc.). O canal possui características precisas; possui igualmente imperfeições que vão trazer perturbações à mensagem sob forma de distorções ou de ruídos.

Outros dois aspectos, recomenda Bouche, deviam ser igualmente considerados:

- *O conteúdo da mensagem*: atribui-se um valor ao “conteúdo”, que depende não apenas da mensagem propriamente dita, mas também do contexto da comunicação: “o emissor vai se esforçar para satisfazer o que supostamente ele acha que o interlocutor espera”, enquanto que a imagem que o receptor faz do emissor “vai colorir fortemente o valor da mensagem recebida”;
- *A forma da mensagem*: conforme Bouche, a “forma” deve corresponder aos objetivos visados e às características do canal escolhido.

O esquema, admite Bouche, estava sujeito a “certas críticas”. O próprio Jakobson reconheceu-o: embora os problemas da troca de informação tivessem encontrado, por parte dos engenheiros da informação, “uma formulação mais exata e menos ambígua”, os linguistas expunham as fraquezas dos engenheiros quando estes lidam com material linguístico

(JAKOBSON, 2008, p.17). O esquema, resume Barros (2010), promove uma excessiva simplificação da comunicação verbal. A comunicação é concebida linearmente e diz respeito apenas, ou de preferência, ao plano da expressão ou dos significantes. O caráter mecanicista do modelo não leva em consideração questões extralinguísticas ou do contexto sócio-histórico e cultural. Admiti-lo como teoria linguística, critica o sociólogo Niklas Luhmann (2010, p.139-140), significaria “basear a socialização na teoria da transmissão”, quando se sabe que, nos casos “verdadeiramente importantes”, o sentido “quase nunca é comunicado de acordo com o esquema” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p.350).

Embora ciente das “fraquezas” do esquema e apesar dos esforços em aprimorar abordagens teóricas alternativas¹, a Ciência da Informação não conseguiu, de acordo com Hofkirchner (2011) e outros, consolidar um corpo teórico que fosse reconhecido como uma teoria mais geral da *informação*. A terminologia empregada pela literatura acadêmica no Brasil, por exemplo, revela uma linguagem ainda muito próxima do “senso comum”, pouco ou insuficientemente especializada, que remete a procedimentos e instrumentos e manipula, de acordo com Smit, Tálamo e Kobashi (2004), termos que expressam “um fim em si mesmo”.

Galvão (1998), refletindo sobre a construção conceitual no campo da CI, chega a conclusões semelhantes. Segundo essa autora, a biblioteconomia e a documentação, estando voltadas para o objetivo de analisar, organizar e disseminar a informação, importaram denominações e conceitos de outras áreas “sem estabelecer um debate ou uma problematização sobre a que conceito se refere a denominação importada ou a qual denominação se refere o conceito importado”. Com isso, nesta área, “a ruptura com o senso comum parece ser muito frágil, ou quase inexistente”.

Gonzalez (2013b) também sugere que *informação*, enquanto “coisa” ou “objeto”, é uma manifestação de um “senso comum”, procurando demonstrá-lo a partir dos recursos teóricos da Linguística Sociocognitiva. O autor mostra, em suma, que são sistemáticos e, portanto, observáveis os mapeamentos metafóricos que estruturam noções centrais do vocabulário técnico utilizado na Ciência da Informação, tais como (KOBASHI; SMIT; TÁLAMO, 2001):

¹ Muitos teóricos (o próprio Wiener, Machlup, Fairthorne, Capurro, González de Gomes) se opuseram ao uso atributivo do termo para denotar uma *coisa*, uma vez que *informação* só pode ser admitida como um atributo da interpretação do receptor, e não do remetente, nem de algum observador, do onisciente ou do sinal de si mesmo.

- *produção* de informação: identificação dos códigos explicitadores dos conteúdos registrados sob a forma de informação, resultado das operações sobre os conteúdos registrados que se apresenta sob a forma de conteúdos socializados; articulação entre os dispositivos tecnológicos e a produção da informação;
- *circulação* da informação: inserção social da informação;
- *consumo* da informação: condições de recepção da informação, locais, equipamentos e usuários; dimensão sociológica, política e econômica das atividades informacionais.

Do ponto de vista sociocognitivista, as noções acima atestam, de fato, um antigo mapeamento metafórico estruturado pela metáfora INFORMAÇÃO É ALIMENTO (GONZALEZ, 2012a), que pode ser observada na etimologia de *aluno*, do latim *alumnus*, i “criança de peito, lactente, menino, aluno, discípulo”, derivado de *alere* “fazer aumentar, crescer, desenvolver, nutrir, alimentar, criar, sustentar, produzir, fortalecer etc.” (HOUAISS, 2001)². Por extensão metafórica, *aluno* “lactente” torna-se “aquele que se alimenta de informação”.

Na língua portuguesa³, a ocorrência da metáfora mostra que o “senso comum” de *informação* admite, desde cedo, que ela seja “colhida” ([1]) ou “bebida” ([2]), que ela “produza frutos” ([3]) e que se tenha cuidado com ela, porque informações podem ser “venenosas” ([4]). Talvez seja necessário “curar-se” delas ([5]).

[1] [...] fui de novo colhendo o restante das informações que delles boamente se podião collegir, isto em Arima, Amacusa, Naingazaqui (Frois, *Historia do Japam I, 1560-1580*)

[2] Chegaram as notícias gerais, beberam todos a informação, deu aquele negócio em o animo de El-Rei (Francisco Manuel de Melo, *Tácito português, 1646*)

[3] Não sei o que será depois, mas tenho veementes indícios que os assistentes de palácio hão-de fazer esquisitas diligências para me retirarem quanto puderem, as quais eu antes hei-de ajudar que impedir, porque as informações dadas estou certo que hão-de ser sem fruto, e só poderão produzir algum se forem pedidas (Padre António Vieira, *Carta, séc. XVII*)

[4] [...] introduzindo no animo de El-Rei venenosas informações (Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português, 1646*)

[5] [...] em chegando a qualquer vila ou cidade, sem tomar mais repouso nem curar doutras informações, entrava e andava por todas as ruas (João de Lucena, *Historia da vida do Padre S. Francisco Xavier, 1600*)

² A etimologia *a-luno* “sem luz”, bastante disseminada no Rio de Janeiro, é considerada “popular” pela literatura.

³ Todas as ocorrências na língua portuguesa foram extraído do *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2006-).

A filosofia, já alertava Nietzsche em *Gaia ciência* (2002 [1881], § 355, p.250-251), não pode se furtar de problematizar nossas “certezas”, o familiar, o habitual, que é “o mais difícil de ‘conhecer’, isto é, de ver como problema, como alheio, distante, ‘fora de nós’”. A ciência, adverte Michael Israel (2005, p.173), não pode “ignorar a maneira que esses modelos funcionam no raciocínio cotidiano das pessoas”. No caso específico de *informação*, não devemos descartar o que Michael Buckland (1991, p.352) chamou de “informação-como-coisa”, os “usos comuns” de *informação* enquanto “atributivamente para *objetos*”.

Buckland(1991) identificou, no senso comum, muitos tipos de *objetos* “repositórios de informações”, ou seja, potencialmente *informativos* (tais como “documentos”), que sua elaboração teórica precisava dar conta. Para ser *informativo*, era preciso ter “a qualidade de transmitir conhecimento ou comunicar informação; instrutivo”. O autor reflete sobre a possibilidade de essa noção vaga trazer ordem teórica para “os campos heterogêneos associados com a CI”, concentrando sua atenção nesse conceito *objetivo* de *informação*.

Considerando que cientistas são muitas vezes inspirados por noções do senso comum e que o senso comum “faz o possível para manter-se alinhado com a opinião especializada” (ISRAEL, 2005, p.149); considerando ainda que qualquer modelo que formule a transferência de informação a partir de um emissor “não explica completamente o fenômeno informacional” (ARAÚJO, 1997, p. 70), a questão de Smit, Tálamo e Kobashi (2004) é oportuna: seriam os conceitos do senso comum robustos o suficiente para que se possa deles deduzir, como demandam, uma delimitação teórica acerca de *informação*?

Resgatamos aqui alguns resultados apresentados originalmente em uma série de estudos sobre o “senso comum” de *informação* em abordagens sociocognitivistas. Tal como Israel (2005), a estratégia tem sido extralinguística: para identificar o conceito de “informação”, examinaram-se os usos reais que falantes de português deram à palavra.

Logo ficou claro que o fenômeno envolve uma antiquíssima ontologia de conceitos com grande elasticidade semântica, estruturada por um vocabulário que, de fato, não difere muito daquele adotado pela Ciência da Informação: *forma*, *conteúdo*, *emissor*, *receptor*, *canal*, *produção*, *circulação* e *consumo*, dentre outros. Por meio dele, como veremos, “falamos sobre a comunicação”.

2 O senso comum, na perspectiva sociocognitivista

Israel toma como princípio que as “coisas que são do senso comum” estão, por definição, “em toda parte”, são “supostas” por todos. Para serem “comuns”, as coisas “têm

que funcionar, de alguma forma, para a maioria das pessoas e na maioria das ocasiões” (ISRAEL, 2005, p.153). Por isso, o senso comum “raramente é totalmente explícito”, ao contrário, os conceitos aí manipulados precisam ser bastante flexíveis. E de fato são.

Na visão sociocognitivista, os conceitos e o significado das estruturas linguísticas em qualquer nível não são tomados como um conjunto de símbolos sem interpretações: são motivadas e fundamentadas, de alguma forma, diretamente na experiência, nas nossas experiências corporais, físicas e socioculturais. A tese recusa a dicotomia cartesiana corporeamente, integrando as visões *objetivistas* e *subjetivistas* no que virá ser chamado “experencialismo” ou “realismo corpóreo”. Nessa abordagem, a linguagem é compreendida como intrinsecamente ligada aos seres humanos e não à realidade baseada no mundo objetivista, totalmente independente do que as pessoas observam e vivenciam. Ao contrário, reflete estruturas conceituais baseada no conhecimento de viver num mundo que as rodeia.

Sweetser (1987; 1990) analisa algumas das extensões metafóricas de verbos de percepção em inglês da metáfora “mente como corpo”, o elo semântico que, segundo a autora, explicaria uma tendência generalizada nas línguas indo-europeias de tomar emprestado conceitos e vocabulário do universo físico e social mais acessível, para se referirem aos universos menos acessíveis de raciocínio, emoção e estrutura conversacional. Assim, os verbos *ver*, *ouvir*, *provar*, *tocar* e *sentir* regularmente têm suas denotações estendidas para coisas como *compreensão* (“eu vejo o que você quer dizer”), *preferência* (“ela tem bom gosto musical”), *experiência emocional* (“suas palavras me tocaram”) e *crença* (“eu tenho um *pressentimento* sobre isso”). Ibarretxe-Antuñano (2009) as descreve como uma “psicologia dos sentidos”, isto é, uma psicologia inspirada em “como pensamos que utilizamos nossos sentidos”. O fenômeno é claramente translinguístico: para ficar em um exemplo de muitos, a palavra grega *theorein*, da qual descende *teoria*, originalmente significava “contemplar, observar” (ISRAEL, 2005, p.151).

Outros domínios-fonte, como *movimento*, *transferência física*, *construção física* e *suporte físico*, também costumam estruturar outros aspectos particulares da atividade de fala (SEMINO, 2005; 2007). Uma raiz como *fluere* “assoprar”, por exemplo, tem uma longa família de palavras associadas, muitas das quais o romano usava para expressar diferentes momentos quando as pessoas falam e ouvem (daí *influere* “entornar dentro dos outros o que se fala”). O verbo *informar* (“modelar” e “avisar”) atesta, nesse contexto, um processo metafórico altamente produtivo, uma espécie em um gênero de verbos que estabelecem etimologicamente uma relação entre *força*, *continência* e *comunicação*, tais como *exprimere* (“espremer” e “exprimir”), *mittere* (“meter”, “emitir”), *inducere* (“introduzir”, “induzir”).

Fenômenos desse tipo exigem uma distinção semântico-pragmática entre os sentidos originais e derivados – entre o sentido que começa com “a própria palavra” e o significado ou significados retirados do original. A habilidade de distinguir entre diferentes tipos de significados “literal” e “figurativo” (metáforas, hipérboles, ironias) é considerada essencial para compreensão de textos e, segundo Israel (2005, p.147-148), crianças na faixa dos seis anos já são capazes compreender a distinção essencial entre uma e outra. Esta distinção básica opera em cada nível de interpretação — da palavra e frase para o texto e o discurso e mesmo, em última análise, da fonética à fonologia (p. 154).

Durante muito tempo, desde os primeiros ensinamentos de Aristóteles, a metáfora esteve presente em diversos estudos sobre linguagem. A abordagem aristotélica inicial definia a metáfora como figura de estilo, típica da linguagem literária e poética, caracterizando seu uso como artifício de estética (ASSIS, 2012). Mas, a partir dos anos 1970, com a problematização do tema “processamento das informações” entre os cientistas da cognição, o fenômeno das metáforas mereceu grande atenção. No final da década, já se tinha claramente a percepção de que a linguagem comum, aquela usada normalmente pelo homem no seu dia a dia – e também a linguagem técnica e científica – é repleta de metáforas. Se não percebemos, é porque seu uso é natural e corriqueiro (MACEDO; FARIAS; LIMA, 2009).

Em 1980, surge a *teoria da metáfora conceptual* (TMC), organizada em *Metaphors we live by* (“Metáforas da vida cotidiana”), do semanticista George Lakoff em coautoria com o filósofo Mark Johnson (LAKOFF; JOHNSON, 2002), que promoveu “uma revolução nas pesquisas sobre a metáfora e representou o lançamento de um programa inovador de pesquisa” (ZANOTTO et al, 2002, p. 15). A TMC consolidou, entre muitos outros, o conceito de mapeamento (*mapping*) metafórico, isto é, a co-nexão que se insere entre dois domínios *conceptuais*⁴: um domínio de origem ou fonte (*source domain*), concreto e experiencial, é utilizado para explicar entidades que estão inseridas em outro domínio, alvo (*target domain*), mais abstrato. O segundo *conceptualiza-se* em termos do primeiro⁵.

A metáfora deixa de ser vista como uma manifestação linguística; ao contrário, é antes um mecanismo que envolve imagens mentais, que nos permitem estabelecer projeções (mapeamentos), entre domínios distintos (concretos e abstratos), que, então, manifestam-se no nível linguístico e no pensamento de diversas formas.

⁴ A tradição da literatura inspirada na TMC tende a adotar *conceptual*, distinguindo-se terminologicamente, assim, de outros nexos associados à *conceitual*.

⁵ Conforme a notação da TMC, as metáforas são expressas na forma {DOMÍNIO ALVO} É {DOMÍNIO FONTE}, sempre em maiúsculas, para diferenciar *metáforas conceptuais*, um vocabulário controlado por uma teoria, de eventuais usos em expressões linguísticas.

Uma “expressão metafórica”, no âmbito da TMC, consiste numa expressão linguística que veicula uma metáfora conceptual. Cada uma é usada no interior de um sistema global de conceitos metafóricos – conceitos que usamos constantemente ao viver ou pensar. Essas expressões, como todas as outras palavras e itens lexicais frasais da língua, são fixadas por convenção, consolidando aos poucos e conforme a frequência do uso⁶ o que chamamos de “senso comum”. Em decorrência, o sistema conceptual, como dizem Lakoff e Johnson, “não é algo do qual normalmente temos consciência”: na maioria dos pequenos atos da nossa vida cotidiana, pensamos e agimos mais ou menos automaticamente, seguindo certas linhas de conduta que não se deixam apreender facilmente.

O “sentido literal” é uma parte básica de nosso *frame* semântico (enquadre). O conceito, postulado por Charles Fillmore (2009 [1982]), refere-se a uma estrutura semântico-linguística que introduz uma perspectiva sobre uma cena conceptual. O recorte tem o efeito de colocar em foco determinadas porções de significado da situação referenciada, subfocalizando ou desfocando outras inferíveis na cena. Por meio de recursos como esse, dispomos de noções sem sequer pensar nelas (ISRAEL, 2005, 148).

Os *frames* semânticos envolvem participantes ou argumentos, que podem compor a situação ou evento por eles descritos. Estão relacionados a outros *frames* com que tenham alguma afinidade semântica e manipula a uma lista de unidades lexicais, chamadas de *elementos evocadores de frame*, que combinam o conceito semântico com a informação morfossintática.

A título de exemplo, tomemos o *frame Transação Comercial*, que inclui participantes (argumentos, *elementos frames*) como *comprador*, *vendedor*, *mercadorias* e *dinheiro*. Entre os verbos semanticamente associados a ele temos *comprar*, *vender*, *pagar*, *gastar*, *custar* e *trocar*, cada um evocando diferentes perspectivas do mesmo *frame*. Em tese, para que duas pessoas conversem sobre uma “transação comercial” (cada uma de sua perspectiva), é preciso que elas usufruam do mesmo *frame*, uma estrutura socialmente construída.

Informar, que Salgado (2009) descreve como um “verbo de transferência”, seleciona três argumentos potestativamente (não necessariamente presentes). Como outros verbos (*avisar*, também bitransitivo, é um bom exemplo), evoca, sintaticamente, os papéis de *emissor*, *destinatário* e *tema*. O *frame* fornece, a partir deles, o pano de fundo não apenas para

⁶ Além desses casos, que fazem parte de sistemas metafóricos globais, existem também expressões metafóricas idiossincráticas, que ficam isoladas e não são usadas de maneira sistemática quer na linguagem, quer no pensamento.

os significados das construções lexicais como *falar*, *ler* e *escrever*, mas também para a performance real dos atos comunicativos. Fillmore o chama *frame Communication*.

Esse enquadre rege essencialmente todos os tipos de comportamento comunicativo e fornece, assim, a base conceitual para a definição de todos os tipos de construções lexicais relacionadas à comunicação e ao comportamento verbal.

Os principais participantes da cena conceptual por ele coberta são “interlocutores” (emissor ou receptor), pessoas que expressam seus próprios pensamentos (tema) e interpretam uns dos outros. Um ato comunicativo “bem sucedido”, nesse contexto, ocorreria quando

[...] um interlocutor (S) produz um sinal ou um texto complexo (T) com a intenção de que outro interlocutor (H) interprete T como tendo um significado particular (M) e que H irá reconhecer M como resultado do reconhecimento da intenção de S em comunicá-lo (ISRAEL, 2005, p.161-162).

Entre os verbos, podemos distinguir aqueles que perfilam uma relação entre S e T (*dizer*, *proferir*, *pronunciar*, *transcrever*, *informar*, *avisar...*), aqueles que perfilam uma relação entre S e M (*significar*, *prever*, *jurar*, *sugerir...*), uma relação entre H e T (*ouvir*, *ler*, *analisar*, *interpretar...*), entre H e M (*compreender*, *admitir*, *aceitar*, *negar...*) ou aqueles que estabelecem uma relação entre S e H (*endereçar*, *pedir desculpas*, *perguntar*, *responder...*).

77

3 A metáfora do canal

A concepção de Shannon teria sido absorvida não apenas pelos teóricos, mas também pelos “praticantes”: *informação* passou a ser percebida como um conceito cultural numa “sociedade global de informação” (DAY, 2000). Uma questão oportuna, nesse caso, é: seria de fato a *teoria da informação* a causa de uma transformação dessa magnitude? Gonzalez (2013b), analisando a questão na perspectiva da Linguística Sociocognitiva, aponta a ação estruturante de uma metáfora complexa, primeiramente mencionada na literatura como *conduit metaphor* (REDDY, 1979, doravante “metáfora do canal”), parte do repertório de um certo senso comum.

O modelo da *teoria matemática da informação*, afirma Reddy (1979, p.303-306), “tem muito em comum com o paradigma que estudamos”, mas não se trata de coincidência o vocabulário do *frame Comunicação* e os modelos subjacentes a Shannon, Wiener, Jakobson, Bouche e outros... Na verdade, tal modelo é sua “mais convincente documentação”. Em outras palavras, Shannon fixou um modelo inspirado no senso comum, e não o contrário:

A teoria da informação de Shannon] suporta e confirma metáfora do Canal admiravelmente. Considere “*encode*” e “*decode*”. Isto significa pôr membros

de repertório “dentro de” código, e então extraí-los do código, respectivamente. Ou considere o termo “*information content*” [...] Observe que aqui [na teoria da informação de Shannon], informação é contida em uma mensagem “transmitida” (REDDY, 1979, p.306-307)

Na metáfora do canal, o pré-definido conjunto de alternativas da teoria da informação corresponde ao que Reddy chama de “repertório”. Os “sinais” são os mesmos: os padrões que podem viajar, que podem ser trocados (planilhas, etc.), mas não têm habilidade de trazer as alternativas com eles. A noção de informação como “o poder de fazer seleções” rejeita a ideia de que os sinais *contêm* a mensagem – “eles não levam nem uma pequena réplica da mensagem”: “Sinais *fazem coisas*. Eles não *contêm* nada” (REDDY, 1979, p. 306). Em suma, “os sinais não têm significado”. Com esses argumentos, Reddy pretende deixar claro “o quanto a teoria da informação está restrita a aplicações simples, técnicas”.

No paradigma proposto, cada pessoa tem um conjunto pré-definido de alternativas de material mental e emocional, chamado “repertório”, cujas categorias principais denotam “membros de repertório”, doravante “MR” (*repertories members*, RM, no original). São MRs as “ideias”, “pensamentos”, “emoções” e “significados”. O recipiente lógico para esses pensamentos, na compreensão dos falantes, são palavras faladas, ou grupo de palavras, tais como frases, sentenças, parágrafos, poemas etc. “Palavras”, “frases”, “poemas” designam os padrões físicos externos, que passam de um falante para outro. São, segundo o autor, o que os teóricos da informação chamariam de “sinais” (*s*).

Os “sinais” têm “interior” e “exterior”. No interior está, obviamente, o “conteúdo”, que são os MRs. Com efeito, ainda segundo Reddy, pensamos em ideias como existindo dentro de palavras, que estão claramente sobre as páginas. Por uma cadeia de metonímias, as ideias estão “lá nas palavras”, as palavras estão nos livros – onde, por metonímia, também estão as idéias. Mas os livros estão “nas bibliotecas” etc. O efeito disso, entre outros, é que sugere que as bibliotecas são um repositório de nossa cultura.

Reddy identifica várias “constantes metafóricas” (“expressões *core*”) comuns, que caracterizariam um grande número de expressões metafóricas licenciadas pela metáfora do canal na forma como os usuários do inglês “falam sobre comunicação”. Tais “expressões *core*” foram organizadas por Reddy em quatro categorias que constituem o “arcabouço principal” da metáfora do canal e podem ser assim generalizadas:

- A. a linguagem funciona como um canal, transferindo MRs de uma pessoa para o ambiente ou para outra pessoa⁷. São estruturados por construções do tipo “*dar, apresentar, passar, enviar MR (para alguém)*”, entre outras;

⁷ Reddy é ambíguo sobre essa questão: em outra página (p. 291) afirma que o canal “não conecta duas pessoas, mas uma pessoa a seu ambiente”.

- B. na fala e na escrita, as pessoas inserem seus MRs em sinais (s). Exemplos na linguagem: “*pôr, inserir, incluir ou meter MR em s*”, “*carregar s com MR*” etc.;
- C. os sinais (s) realizam a transferência de MRs às outras pessoas, o que produziria expressões como “*s leva, transfere, contém, conduz MR*”, “*s está cheia/vazia de MR*”;
- D. ao ouvir e ler, as pessoas extraem MRs dos sinais (s): “*extrair, obter, emergir MR de s*”, “*encontrar, descobrir, revelar MR em s*”, “*encobrir, esconder, perder MR em s*”, “*s é impenetrável, obscuro etc.*”

As quatro classes de expressão acima formam o que Reddy chama de “modelo maior”, onde MRs existem ou na cabeça das pessoas ou, no mínimo, “dentro de palavras enunciadas por pessoas”. O modelo dá conta de uma fala *subjativa* e, também, da *intersubjetiva* de certo senso comum. Isto porque há, ainda, um “modelo menor”, em que palavras são recipientes e permitem o fluxo livre e completamente “descorporificado” de ideias e sentimentos em um tipo de espaço ambiental entre as cabeças humanas. São três as categorias de expressões nesse modelo “menor”, mais *objetivo*:

- E. MRs são ejetados pela fala ou pela escrita num “espaço das ideias” externo: “*pôr MR em circulação ou no papel*”, “*fazer MR fluir*”, “*jogar MR fora*”, “*descartar MR*”, “*vazar MR*”, “*escapar MR da boca de alguém*” etc.;
- F. MRs são reificados nesse espaço externo, onde eles existem independentes de qualquer necessidade de que seres humanos pensem neles ou os sintam: “*MR flui ao redor, circula, se move, viaja*”, “*MR está em bibliotecas, livrarias, rádios, livros etc.*”, “*perder-se em MRs*”;
- G. esses MRs reificados podem ou não encontrar um caminho de volta para uma cabeça humana: “*absorver, tomar, internalizar, pegar, captar MR*”, “*encher alguém de MR*” etc.

79

Embora outros pesquisadores tenham proposto ajustes em algumas características da metáfora do canal, Reddy foi o primeiro a demonstrá-la por meio de análise linguística rigorosa, que lhe permitiu fazer generalizações sobre um grande número de exemplos (ZANOTTO et al., 2002, p.18). De forma convincente, o linguista mostrou que a metáfora do canal faz parte de uma linguagem cotidiana e que é componente essencial de um modo ordinário de conceptualizar o mundo.

Joe Grady (1998) identificou nela alguns problemas envolvendo as condições necessárias, isto é, a base experiencial da metáfora do canal tal como proposta por Reddy. Talvez “a mais óbvia de todas” se refira, segundo autor, a “como canais e recipientes estão relacionados entre si”. Se expressões linguísticas são recipientes, então “o que é que está sendo metaforicamente entendido como canal, e que tipo de experiência unifica os dois conceitos”?

Grady advoga pela decomposição das metáforas complexas, como a do canal, em metáforas mais básicas (independentemente motivadas, “primárias” ou “primitivas”) que se combinam em metáforas compostas. O processo de decomposição envolve a busca de metáforas que são plausíveis e diretamente motivadas pela experiência humana – um requisito da TMC. Essas metáforas primárias são também caracterizadas por mapeamentos muito simples, isto é, conectam apenas poucos elementos, propriedades e relações (se possível), enquanto mantêm-se referindo a coerentes e esquemáticas cenas. Uma decomposição da metáfora do canal, desta maneira, “resulta em análises que evitam os problemas identificados e sugerem caminhos em que conceitos relacionados à comunicação poderiam ser, em última instância, derivados de conceitos físicos mais básicos”.

Discorramos então sobre as metáforas primitivas que, segundo Grady, compõem a da metáfora do canal e estruturam, assim, o senso comum de *informação*.

3.1 INFORMAÇÃO É CONTEÚDO

Lakoff e Johnson propuseram, como bases primitivas da metáfora do canal, as metáforas EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO RECIPIENTES DE SIGNIFICADOS e SIGNIFICADOS SÃO OBJETOS. Elas implicam que “palavras e sentenças têm significado em si mesmas, independentemente de qualquer contexto ou falante” (LAKOFF; JOHNSON 2002, p.55). A proposta de Grady visa a generalizá-la.

Era preciso encontrar um mapeamento cujo domínio alvo fosse mais geral que o domínio da comunicação linguística. Grady incluiu, então, *informação* entre os MRs propostos por Reddy, afirmando que “[...] qualquer configuração física que nos permite deduzir *informação* (ou outros MRs) deve ser conceptualizada como um *recipiente* daquela *informação*” (GRADY, 1998, p.217, grifos nossos). Daí INFORMAÇÃO É CONTEÚDO (*INFORMATION IS CONTENTS*).

Ideias, eventos, enfim, *informações* estão contidas em proposições mais amplas e, no nível da forma, palavras estão contidas em sentenças. Exemplos como “ela *embrulhou* cuidadosamente muitas *informações* dentro de cada declaração” ou “nossa agenda está *repleta* de *informações*” mostram que os *constituintes* de formas de qualquer tipo, não apenas das formas linguísticas – são metaforicamente vistos como os *conteúdos* daquelas formas. Nas palavras de Nöth (2011, p.90),

[...] quando falamos, por exemplo, que um artigo *contém* muita informação, usamos esta metáfora, pois ela representa o artigo como um contêiner, no

qual se encontra informação [...] essa metáfora é muito viva, sendo usada quando falamos de discursos cheios de ideias e de frases ocas.

De fato, assim como o MR *significado*, *informação* é sempre compreendida *dentro*, mas não o contrário. A noção implícita de *continência* é preservada em expressões como “*informação de processos*” (no sentido de “*pôr informação dentro do processo*”) do português moderno. Alguns exemplos de usos da metáfora:

[6] *No que confirmarão & renouarão o conteúdo, & assentado em a capitulação antiga com este additamento & de claração, que sendo a requisitoria, em virtude da qual se pedir a remissão emanada dos do seu conselho ou relações, & dos desembargadores ou das suas audiencias, corregedores da corte, ou do crime, ou dos outros supremos tribunaes, inserta a informação do delicto soo com a dita requisitoria, sem appresentarse outro processo, nem trazerse outra informação, em o regno nem por os juizes donde & ante quem se pedir a tal remissão, se aja de fazer & faça* (Duarte Nunes Lião, *Leis extravagantes*, 1569)

[7] *Nesta arca se metterá todo o dinheiro, que vier das Comarcas: o qual se carregara sobre a pessoa, que tiuer o cargo de Thesoureiro: & nella somente estara o liuro da receita, & despesa delle. E se fara outra arca de trez chaues, que teraõ os mesmos: em que se metteraõ as informações dos pretendentes: fianças dos admittidos: Regimentos, & prouisoões, que ouuer sobre esta materia: todas as folhas de pagamentos, & autos de contas, que se tomarem: pera se acharem em todo o tempo, & constar do que se despendeo, & gastou.* (Fernão Marcos Botelho, *Regimento dos boticários*, 1604)

81

3.2 CONSTITUINTE É CONTEÚDO

A metáfora CONSTITUINTE É CONTEÚDO (*CONSTITUENTS ARE CONTENTS*), proposta por Grady, mapeia, entre outros, conceitos como *componente físico* para *componente abstrato*, um transporte que é parte de um mapeamento geral de *estruturas físicas* em *organização lógica*. Por meio dessas co-nexões, a atividade mental é metaforicamente estruturada como uma *manipulação* de ideias (= objetos mentais) que existem dentro ou fora do espaço mental.

Semino (2005) identificou, no “falar sobre comunicação”, um domínio-fonte *construção física* (de *objetos*) que estrutura a produção de enunciados e os atos de fala, citando como exemplo, “*fazer um comentário*”. Podemos acrescentar aí construções como “*forjar uma mentira*” ou “*cunhar uma expressão*”, sentenças que envolvem verbos de *manipulação direta*. Em português, desde pelo menos o séc. XVI, pensava-se de fato que *informações* podiam ser *feitas*, o que explica expressões como “*produção de informação*”:

[8] *Mas o que neste caso merece mais consideração é a brevidade com que o padre-mestre Francisco mudou os corações e o rosto daquela cidade.*

Porque a informação que relatamos foi feita na Índia no princípio do ano de 1542 e o padre chegou a Goa em Maio deste mesmo ano e no cabo dele se partiu para a costa da Pescaria (João de Lucena, Historia da vida do Padre S. Francisco Xavier, 1600)

A metáfora é “independentemente motivada”, em relação a todas as demais que compõem a metáfora do canal, uma vez que está vinculada a fatores perceptuais básicos próprios: quando olhamos para objetos físicos que são particionáveis – diferenciáveis pelo formato, cor ou função – as partes são agrupadas em fronteiras visuais que definem os limites do objeto (fenômeno conhecido como *gestalt*, ou seja, “forma”).

As experiências que licenciam essa metáfora envolvem as noções de *parte* e *todo*: as partes, no senso comum, parecem estar “contidas” em um espaço ocupado pelo objeto como um todo. Assim, quando os componentes são adicionados a algo (“ingredientes de uma receita culinária”, “peças de um brinquedo”), os itens constituintes são literalmente movidos “para dentro” do espaço ocupado pelo objeto (receita, brinquedo) que está sendo criado.

O *todo* é um receptáculo ou fonte de objetos independentes. Sendo o *todo* o objeto, as partes podem ser o *interior*, onde está o *conteúdo*, e o *exterior*. *Recipientes*, nesse caso, são as estruturas que, por definição, permitem que conteúdos/constituintes em determinado momento “entrem” ou “saíam”. Daí a expressão “vazamento de informação”.

Se, no entanto, o *todo* é um conjunto de “fatias”, cada fatia é a parte do todo. As partes podem ser alocadas numa ordem linear subjetiva muitas vezes descrita em termos de “espaço”. *Su-por* (< lat *sub-ponere*, “pôr embaixo”) e *hipó-tese* (< gr *hypo-thesi* “pôr embaixo”) sugerem que *premissas* estão na parte “inferior” de uma estrutura, “suportando” conclusões. *Pre-sumir* (< lat *prae-sumere* “acatar antes, acatar com antecedência”) sugere uma precedência de premissas sobre as conclusões, mas agora linear. Nossos processos racionais aqui lembram uma jornada mental, começando com presunções e pressupostos e terminando com alguma conclusão, que é “posterior” na jornada. Daí “linha de raciocínio”.

3.3 ATINGIR UM OBJETIVO É ALCANÇAR UM OBJETO DESEJADO

Conforme Sweetser (1987), o domínio-fonte mais produtivo para os verbos que se referem aos estados mentais (*subjetivos*) é a *manipulação de objetos*: “a mente é um manipulador de pensamentos e ideias, que estão identificados com objetos manipuláveis”. Nossos processos cognitivos são compreendidos como se a mente “segurasse”, “tocasse” ou “movesse” objetos mentais.

Algo *compreendido* é considerado “capturado” (port *compreender* < lat. *comprehendere* “pegar”, daí *preensão* “segurar com a mão”). Essa é base experiencial da metáfora proposta por Grady, ATINGIR UM OBJETIVO É ALCANÇAR UM OBJETO DESEJADO (*ACHIEVING A PURPOSE IS ACQUIRING A DESIRED OBJECT*), que pode ser exemplificada com frases como “tive dificuldades de *pegar* o *sentido* do texto”. Os *objetivos* a serem atingidos, nesse caso, são mapeados como *objetos*, daí o termo “recuperação da informação”, caro à Ciência da Informação, considerando que *capere* é “tomar, pegar, agarrar”. Amparados pela mesma metáfora, pode-se pensar, em português, em “resgatar”, “tirar”, “tomar” *informação*, “informar-se” ou “inquirir”:

[9] *E tanto que el-rey Reynou como muito prudente e muy astucioso, cuidando muytas vezes o grande proveito que a elle e a seus reinos e naturaes recreia se naquella parte da Mina podesse fazer e ter ha fortaleza onde assentasse trato com muitas e boas mercadarias pera com ellas se aver muito ouro como tinha por verdadeira enformaçam que ali se vinha resgatar (Garcia de Resende, *Vida e feitos d'el-rey Dom João Segundo*, 1533)*

[10] *Quiz o generoso Rey Dom Sebastião saber de rais o que nisto avia, mandou em o anno do Senhor de mil & quinhentos & setenta & sete hum Desembargador a Sacavem a tirar informação do caso. Achou elle hum livro antigo em a Igreja da Villa, & nelle a Memoria allegada, alem da fama que corria entre o moradores, de que os mais velhos do lugar derão testemunho (Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, 1619)*

[11] *e pela enformaçam que disse tomarã se achou que era muito mais proueito dos ditos orfãos o dito dinheiro se recolher e depositar em mãos de pessoas abonadas pera estar certo e se entregar aos ditos orfãos-quando lhe fosse necessario sem demanda nã despesa (Auto dos apóstolos, 1505)*

[12] *Eu el rei faso aos que este alvara virem que por fazer merce ao prior e convento de Nossa Senhora d'Agoa de Lupe e vista a informação que mandei tomar pello licenciado Inacio Colaço de Brito corregedor do civil desta cidade de Lisboa ei por bem e me praz que os mamposteiros que tirarem esmola para o dito convento e casa de Nossa Senhora d'Agoa de Lupe tenham e gozem e uzem dos mesmos privilegios e liberdades e porrogativas que tem e de que gozão e uzão os mamposteiros que tirão esmolas para São Gonçalo de Amarante e isto pello mesmo tempo de cinco annos que lhe tenho concedido que possam tirar e pedir esmolas neste reino para o mesmo convento (Mosteiro de Guadalupe e Portugal, 1609)*

3.4 TORNAR-SE ACESSÍVEL É EMERGIR

A metáfora TORNAR-SE ACESSÍVEL É EMERGIR (*BECOMING ACCESSIBLE IS EMERGING*) licencia sentenças como “análises criteriosas *revelam* questões *obscuras*”, mas também outras que não estão relacionadas com a comunicação (como “o sal *realça* o sabor

natural da carne”). É outro mapeamento que suporta o nexos de que MRs estão *contidos* em formas linguísticas, uma vez que o significado linguístico, no “falar sobre comunicação”, é enquadrado como algo que pode *emergir* de um *recipiente*, tornar-se perceptível e, finalmente, cognoscível.

A motivação para tal “não poderia ser mais natural, claro”, conclui Grady (1997), uma vez que “há uma forte associação literal entre *percepção* e *conhecimento*”. De fato, *ver* deriva do latim *videre*, por sua vez ligado à raiz indo-europeia **weid*, que já tinha o duplo sentido de “ver” e “conhecer” (MOISÉS, 1982). A raiz também está na origem do sânscrito *veda* “eu sei”, do grego *oida*, “eu vejo” (e cognatos: *eidos* “aparência”, *idein* “ver”, *idea* “aparência, forma, categoria, espécie, forma ideal”), o alemão arcaico *weizen* “fazer ver, mostrar” e o alemão moderno *wissen* “saber, conhecer”. Daí o sufixo *-oide* “na forma de, semelhante a” determinado modelo, como em *aster-oide*, *elips-oide*, *trapez-oide* (MONLAU, 1856). Esses termos e também *phainomenon* (“aparência”, “sintoma”) eram empregados sobretudo para designar “a forma visível, o exterior das coisas, a figura que se capta com o olhar, o que é visto, o que é sensível com os olhos”.

As metáforas linguísticas “claro” e “escuro” são utilizadas para falar metaforicamente sobre o que é conhecido ou desconhecido, representando a manifestação da metáfora conceptual (CAMERON; DEIGNAN, 2009, p.146): é por ser “visível” ou não que *informação* pode ser “transparente” ou “opaca”:

[13] *E porque o principio desta Historia (para se saber como partirão de Goa até chegarem a Japão) depende da clara noticia e informação de algumas cartas, que os Padres Mestre Francisco e Cosme de Torres, seo companheiro, e Paulo de Santa Fé escreverão naquelles primeiros principios, hirão aqui recitadas por ordem (Frois, Historia do Japam 1, 1560-1580)*

[14] *Disse atègora sómente das alteraçõens da Cidade de Evora; e por não quebrar o fio principal da historia, me fui por ellas adiantando aos outros rumores semelhantes, que passavão pello Reyno, dos quaes será razão dar algũa noticia, para fazer mais clara a informação de todo este grande sucesso, e foi, desta sorte (Francisco Manuel de Melo, Epanaphora politica primeira, 1637).*

Informações, de um modo geral, são consideradas “mais ou menos precisas e confiáveis” no que se refere ao “grau de exatidão e precisão” (GONZALEZ, 2012b) em relação ao objeto real observado, desde pelo menos o padre Antonio Vieira, quando, em uma de suas cartas, disse: «dou todas as notícias do que por cá passa, [...] podendo nelas haver as dúvidas e incertezas que costumam ter todas as informações humanas». Dá-se maior “crédito” às *informações* dadas por aquele que a viu ([15]). No contexto de um sentido estruturado por

essa metáfora, as “informações vistas” eram, certamente, as mais valiosas: Para João de Barros (*Décadas da Asia, Década Segunda, Livros I-X*, 1553), era preferível ao rei «ver por si» e não «per informação de outrem». «A relação que V. Ex.^a teve da batalha folguei muito de ver, porque são informações de vista, e de quem sabe entender e dizer o que vê».

[15] *Por tudo isto desejo sumamente chegar com a maior brevidade, posto que não com muita esperança de persuadir o que convém, assim pela grande potência dos empenhados, como pelo menos crédito que se dará a minhas informações, constando-me que por muitas vias me procuram fazer suspeito, não só a este negócio, senão ainda a todos os outros do serviço de S. A. e bem do Reino, chegando a quererem fazer duvidosa a minha fidelidade.*

Temos um testemunho exemplar, na pena de João de Lucena, de um padre que era capaz de fazer “desaparecer” uma *informação*:

[16] *[...às] quais palavras o capitão Duarte da Gama e os mais portugueses responderam outras em prova da verdade tão bem ditas que o fidalgo japonês saiu da nau devoto do padre Francisco e inimigo dos bonzos, e tal tornou brevemente ao rei, referindo-lhe o que vira e ouvira e fazendo-lhe muito caso da venerável presença do padre Francisco, que, com a modéstia no rosto e serenidade dos olhos, assim fazia desaparecer as más informações e opinião que dele houvesse, como o sol e o vento aos nevoeiros (João de Lucena, *Historia da vida do Padre S. Francisco Xavier*, 1600).*

85

3.6 TRANSMISSÃO DE ENERGIA É TRANSFERÊNCIA (DE OBJETOS)

A relação entre “comunicação” e “transferência” é tão natural que é difícil descrever a primeira sem mencionar a segunda. Para Benveniste, por exemplo, o vaivém da palavra na prática cotidiana sugere “uma troca, portanto uma ‘coisa’ que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num ‘objeto’” (BENVENISTE, 2005 [1958], p.285).

As partes básicas da moderna apropriação de TRANSMISSÃO DE ENERGIA É TRANSFERÊNCIA (*TRANSMISSION OF ENERGY IS TRANSFER*) já são reconhecíveis na fala do homem homérico, que registra a passagem de palavras, fisicamente, de um pulmão “emissor” para um “receptor”. Para Wiseman (2007a, p.71-72), “alguma variação dessa metáfora é básica para explanações sobre a comunicação humana, o que explicaria ser tão disseminada”.

Uma das bases para esta conceptualização é certamente o fato de que há uma “transferência física”, literal (embora não necessariamente direta) envolvido em qualquer ato

de comunicação. Explica Reddy: “leitores leem livros reais, que vieram até sua posse desde alguma fonte; ouvintes interpretam sinais acústicos que chegam aos ouvidos; usuários da internet têm acesso à sinais elétricos que viajam pelas redes físicas de computadores etc.” A *informação* é metaforicamente *transferida*, da mesma forma que sinais físicos o são.

O conceito de “emissor”, tão caro à história da Ciência da Informação e evocador do *frame Comunicação*, pode ser explicado nesse contexto. O verbo tem como raiz *mittere*, que significava originalmente “enviar” ou “arremessar” e está na base de muitas metáforas, embora apenas algumas estejam associadas com a comunicação. Os advogados romanos costumavam se referir a falas como “mísseis” (*mittere* → *misi*) que “atiravam” nos adversários. Em Cícero, *emittere* já significava “falar”, mas usava-se também como “mandar, enviar”, “soltar, libertar” e, ainda, “publicar (um livro)”. Muitas palavras derivadas desse verbo são reconhecíveis nas línguas modernas, com significados quase intactos: *permittere*, *admittere*, *intermittere*, *remittere*⁸. Em *sub-meter* (< lat *sub-mittere* “enviar por baixo”), o prefixo marcava, então, certa deferência ou incerteza por parte daquele que oferecia o objeto (SWEETSER, 1987).

A estrutura de mão dupla dos atos de fala está nos prefixos latinos *ad-* e *re-*. *Ad-mitir* (< *ad-mittere*, “enviar para [dentro]”) mostra o uso de *ad-* como indicador de direcionalidade do falante para o interlocutor. Por outro lado, *re-plicar* (< *re-plicare* “dobrar”), *re-futar* e *re-jeitar* mostram a direção oposta do movimento. Em *re-portar*, que hoje parece estar licenciado pela metáfora do canal,

[...] o que está sendo “levado de volta para o interlocutor” é o conteúdo (informação), ou porque o informante retornou, fisicamente, à presença do interlocutor, ou porque – mais metaforicamente – a informação está sendo dada em resposta à uma requisição, refazendo a trajetória de volta (SWEETSER, 1987, p.452).

Em todos os casos, a raiz do verbo indica um ato de movimento, ou transferência de uma fala para o ouvinte, enquanto que *re-* indica que o movimento retorna pela trajetória prévia. Daí, novamente, “re-cuperação de informação” – literalmente, *informação* é “capturada de volta”.

4 Interpretação e Perspectivas

⁸ *Transmittere*, a propósito, só aparece no inglês no séc. XVI, onde não era usado em relação a falar ou escrever.

A metáfora do canal revela uma “crença” de que a comunicação é um face-a-face ideal: uma comunicação com sucesso garantido, na qual o ouvinte (ou leitor) teria o simples trabalho de pegar o significado que está nas palavras e colocá-lo na própria cabeça. Ao contrário de acusá-la de mecanicista, melhor será compreendê-la como uma linguagem tanto econômica quanto rica. Este arcabouço teórico vem sendo aprofundado em estudos diversos, que buscam compreender outros aspectos desse senso comum de *informação*. O esquema, de fato, comunica uma “realidade integrada”, harmonizável, inclusive, com teorias de difícil comprovação empírica tais como a *teoria pragmática da implicatura* de Grice (GONZALEZ, 2012b) e a *teoria do sistema geral* de Le Moigne (GONZALEZ, 2014).

Uma questão emerge daí: seria a metáfora do canal “universal”? Houve sociedades que não pautavam seu “falar sobre comunicação” pela metáfora do canal? Afinal, muitos antropólogos e linguistas questionaram a universalidade das metáforas e observaram a existência de outras metáforas, possíveis somente em algumas línguas e não em outras. Teria então uma história, a metáfora do canal? Nesse caso, que tipo de contexto histórico seria capaz de motivar uma crença como essa, “mecanicista” e “desumanizadora”? Teria sido Shannon o responsável por tudo isso?

Uma hipótese válida, pelo menos para o caso do latim, está na introdução da moeda que, segundo Galvan (2003), provocou no processo social romano “uma passagem do todo às partes, ou melhor, a seus aspectos particulares, na medida em que um aspecto do mundo objetivo era focalizado prescindindo dos outros”.

Nossa hipótese é outra, porém – complementar, talvez. O “senso comum” que toma *informação* como metáfora do *conteúdo* não é “universal”, mas pertence ao léxico do *frame Comunicação* especialmente daqueles que escrevem e leem (GONZALEZ, 2013a; c). O efeito, ao que parece, é o mesmo: “uma passagem do todo às partes”.

A ideia de que as palavras têm conteúdo, ou *contém* informação, não faria sentido em sociedades ágrafas. A noção era uma “ideia virtualmente ausente” na Roma anterior ao séc. I d.C. (WISEMAN, 2007a, p.51). Na *Ilíada* e na *Odisseia*, segundo Wiseman (2007b), textos que revelam uma perspectiva de um mundo “onde a comunicação era [apenas] falada”, as palavras são inseparáveis de uma pessoa. Os gregos entendiam as palavras como um *sopro* dos *pulmões* (*thumos*), não podia haver, portanto, uma fala separada de uma pessoa que a tivesse falado, da mesma forma que não se concebe (hoje) *respiração* sem quem respire.

É especialmente para os letrados que a noção de *informação* enquanto *conteúdo* é necessária. A escrita é descrita pelo psicólogo russo Alexander Luria (1988) como “uma dessas técnicas auxiliares” constituída do “uso funcional de linhas, pontos e outros signos

para recordar e transmitir ideias e conceitos”. Em seus estudos dos anos 1930 com crianças de 3 a 5 anos, Luria descobriu uma característica muito essencial e básica no grupo: crianças dessas idades ainda são incapazes de encarar a escrita como um instrumento ou meio. Seus experimentos, ainda hoje válidos, garantem a afirmação de que o desenvolvimento da escrita prossegue ao longo de um caminho que Luria descreve como a “transformação de um rabisco não-diferenciado para um signo diferenciado”. É preciso que a criança deixe de refletir apenas o ritmo externo das palavras apresentadas e passe a refletir também o seu “conteúdo”, momento em que “um signo adquire significado”. Nesta sequência de acontecimentos está, segundo o autor, “todo o caminho do desenvolvimento da escrita, tanto na história da civilização como no desenvolvimento da criança”.

No que se refere à “história da civilização”, a emergência da metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO é rastreável no Ocidente. A julgar pelos estudos de Zumthor sobre a oralidade na Idade Média, a noção de *conteúdo* emerge sistematicamente quando de um “deslizamento” da oralidade para a escrita: já nos vernáculos românicos e mesmo no latim medieval, termos como *parole* “palavra” e *voiz* “voz” ocorrem, em 24% dos casos, como complemento de um verbo que denota uma manipulação ou um deslocamento espacial, *tenir*, *prendre*, *perdre*, *rendre*, *faire*, *mettre*, *traire* (*tirer*), *agencer*, *esmouvoir* (*remuer*), *tolre* (*ôter*), *rompre* e alguns outros similares.

A metáfora do canal licencia um tipo de comunicação escrita canônica, que ocorre na ausência de um futuro leitor, enquanto o redator está produzindo sua mensagem. A recíproca também é verdadeira para o ato de leitura, com a diferença de que o ato de escrita deve precedê-lo. Esta importante característica da cadeia escrita implica a ruptura espaço-temporal, com consequências na estruturação do texto (SCLIAR-CABRAL, 2003).

É preciso que escritor e leitor saibam ver o texto como um objeto que “contém informação” e que, por isso, “fala por si”. O texto escrito substitui a enunciação de uma fonte, quem realmente “disse” ou escreveu o livro. Santo Agostinho e Aristóteles acreditavam que as letras haviam sido inventadas “para que possamos conversar até mesmo com o ausente” e que eram “signos de sons” ou “signos das coisas que pensamos”. Santo Isidoro escreveu em suas *Etimologias*: “as letras têm o poder de nos transmitir silenciosamente os ditos daqueles que estão ausentes” (apud MANGUEL, 2004). Nas palavras de Fentress e Wickham (1992, p.6), um texto é “completo em si mesmo”: pode enviar as suas “mensagens” para o leitor, mas não pode recebê-las de volta. Esse registro pode se tornar um *documento* (< latim *docere* “ensinar”), “um conjunto permanente de formas visíveis, não mais construído por fugazes

vibrações do ar, mas por formas que podiam ser conservadas até um posterior resgate, ou mesmo esquecidas” (HAVELOCK, 1996).

Historicamente, ainda que aos poucos, o prestígio atribuído à escrita pelas cortes e elites de um modo geral impõe um “senso comum” centrado no letramento, que viria a culminar nas “sociedades de informação”. Apesar de todos os benefícios que proporciona à comunicação, tomar como universal a metáfora do canal vem se revelando perigoso, na medida que facilita a naturalização da crença de que existe, como descreve Reddy, um “espaço externo”, onde *informações* existem independentes de qualquer necessidade de que seres humanos pensem nelas ou as vejam. Locke, por exemplo, cultivava a crença de que a língua existe independentemente de seus usuários e que as palavras têm significados originais, inalienáveis (ISRAEL, 2005, p.171-172). Tomar o esquema como universal ou natural é desumanizar o mundo, pois a metáfora do canal licencia apenas um tipo específico de discurso: “falar sobre comunicação”. Nesse sentido, a histórica discursivização do *conteúdo informativo* deve ser compreendida no contexto da emergência das comunicações mediadas pela escrita.

Não se trata de desprestigiar a escrita, mas de represtigiar a oralidade. Olhando de fora e sem paixão, podemos criticar a questão por outra perspectiva: negligenciando a oralidade, única forma de comunicação disponível até invenção da escrita, estaremos menosprezando nossa humanidade? Diante do quadro alarmante, em que o último vestígio de humanidade na escrita – a assinatura “de próprio punho” – está sendo substituído pela sua versão digital, são algumas questões que suscitam investigação à luz de uma visão humanista da informação.

89

Referências

ARAÚJO, Eliane A. Transferência de informação como processo social: uma proposta de paradigma. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.7, n.1, p.68-73, 1997. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/358>>. Acesso em 30 jan. 2015.

ASSIS, André W. A. Metáforas do pensamento e da comunicação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE METÁFORA NA LINGUAGEM E NO PENSAMENTO, 4., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2012, p.155-167.

BARROS, Diana P. A comunicação humana. In: FIORIN, J. L. (Ed.). **Introdução à linguística**. São Paulo: Contexto, 2010. p.25-53.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: NOVAK, M. G.; NERI, M. L. (Ed.). **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1958]. p.284-293.

BOUCHE, Richard. Ciência da Informação: ciência da forma. **Ciência da Informação**, v. 17, n.2, p. 99-104, ju./dez. 1988. Disponível em: <revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/1355/981>. Acesso em 30 jan. 2015.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.45, n.5, p.351-360, June 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em 30 jan. 2015

CAMERON, Lynne; DEIGNAN, Alice. A emergência da metáfora no discurso. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, v.25, p.143-168, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/net/publicacoes/cadernos-de-traducao-2009/caderno-de-traducao-numero-25>>. Acesso em: 30 jan 2015.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. *Corpus do Português (45 milhões de palavras, 1300s-1900s)*. 2006-. Disponível em: <corpusdoportugues.org>. Acesso em mar 2011.

DAY, Ronald E. The “conduit metaphor” and the nature and politics of information studies. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.51, n.9, p.805–811, Aug. 2000. Disponível em: <<http://faculty.georgetown.edu/irvinem/theory/Day-Conduit-Metaphor-Information-2000.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2015.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Social memory: new perspectives on the past**. Oxford (UK): Blackwell, 1992.

FILLMORE, Charles. J. Semântica de *frames*. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, v.25, p.25-54, 2009 [1982]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/net/publicacoes/cadernos-de-traducao-2009/caderno-de-traducao-numero-25>>. Acesso em: 30 jan 2015.

GALVAN, Cesare G. Uma antiga tecnologia de informação e comunicação: algumas implicações. **Eptic: Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v.5, n.3, p.97-106, 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/405/536>>. Acesso em: 30 jan 2015.

GALVÃO, Maria Cristiane B. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v.27, n.1, p.46-52, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n1/06.pdf>>. Acesso em: 30 jan 2015.

GONZALEZ, Marcos. As metáforas da informação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE METÁFORA NA LINGUAGEM E NO PENSAMENTO, 4., 2012, Porto Alegre. **Anais eletrônicos ...** Porto Alegre: UFRGS, 2012a, p.980-1006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ivcmlp/Anais.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2015.

GONZALEZ, Marcos. Uma leitura pragmática da *informação*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012b. 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1079>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

GONZALEZ, Marcos. A emergência de *informação* no português médio (1344-1483). **Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, v.44-45, p.131-150, 2013a.

Disponível em: < <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/edpdf/44-45.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

GONZALEZ, Marcos. INFORMAÇÃO É CONTEÚDO: uma metáfora do senso comum como objeto da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013b. Disponível em: <<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/545/464>>. Acesso em: 30 jan. 2015. (Também disponível em 1 CD-ROM.)

GONZALEZ, Marcos. Informação, memória enformada pela escrita: um diálogo da história com a linguística sociocognitiva. **Domínios da Linguagem**, v.7, n.2, p.149-164, 2013c. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/23505>>. Acesso em: 30 jan 2015.

GONZALEZ, Marcos. Sistemografia da forma. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15. 2014. Belo Horizonte. **Anais... ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Ancib)**, 2014, p.49-66.

GRADY, Joseph E. **Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes**. 1997. Dissertation (Ph.D. em Linguistic)- Berkeley, University of California, Berkeley, 1997.

GRADY, Joseph E. The “conduit metaphor” revisited. In: KOENIG, J.-P. (Ed.). **Discourse and cognition: bridging the gap - a reassessment of metaphors for communication**. Stanford: CSLI, 1998. p.205-221.

HAVELOCK, Eric A. **Prefácio a Platão**. Campinas: Papirus, 1996.

HOFKIRCHNER, Wolfgang. Toward a new Science of Information. **Information**, v.2, p.372-382, 2011. Disponível em: <www.mdpi.com/2078-2489/2/2/372/pdf>. Acesso em: 30 jan 2015.

HOUAISS, Antônio (Ed.). **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**, versão 1.0. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Editora Objetiva, 2001. 1 CDROM

IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide. Metáforas visuais para o intelecto. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, v 25, p.121-142, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/net/publicacoes/cadernos-de-traducao-2009/caderno-de-traducao-numero-25>>. Acesso em: 30 jan 2015.

ISRAEL, Michael. Common sense and 'literal meaning'. In: COULSON, S.; LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, B. (Ed.). **The literal and nonliteral in language and thought**. Frankfurt a. Main: Peter Lang, 2005. p.147-177.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2008.

KOBASHI, Nair Y.; SMIT, Johana. W.; TÁLAMO, Maria Fátima G. M. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica.

DataGramZero, v.2, n.2, 2001. Disponível em:

<http://www.dgz.org.br/fev04/Art_03.htm>. Acesso em: 30 jan. 2015.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**: as faces da linguística aplicada. Campinas/São Paulo: EDUC/Mercado de Letras, 2002.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria de sistemas**: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrante. Petrópolis: Vozes, 2010.

LURIA, Alexander. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VYGOTSKY, L. S., LURIA, A. R.; LÉONTIEV, A. N. (Ed.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p.143-189.

MACEDO, Ana Cristina P. S.; FARIAS, Emilia M. P.; LIMA, Paula Lenz L. C. Metáfora, cognição e cultura. **Gragoatá**, v.26, p.43-60, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistagracoata/ojs/index.php/gragoata/article/viewFile/212/197>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MOISÉS, Massoud. **Literatura**: mundo e forma. São Paulo: Cultrix/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

MONLAU, Pedro Felipe. **Diccionario etimológico de la lengua castellana**: (ensayo) precedido de unos rudimentos de etimologia. Madrid: M. Rivadeneyra, 1856. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=lbJ7TahXEwUC>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. (1881). **Gaia ciência**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

NÖTH, Winfried. Comunicação: os paradigmas da simetria, antissimetria e assimetria. **Matrizes**, v.5, n.1, p.85-107, 2011. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/44/html>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, v.5, n.5, 2004. Disponível em: <http://www.dgzzero.org/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 30 jan. 2015.

REDDY, Michael. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge Univ.Press, 1979. p.284-324.

SALGADO, Xosé A. Fernández. Sobre o réxime do verbo *informar* en galego. **Estudos de Linguística Galega**, v.1, p.209-223, 2009. Disponível em: <<http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/1496>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

SEMINO, Elena. The metaphorical construction of complex domains: the case of speech activity in english. **Metaphor and Symbol**, v.20, n.1, p.35-70, 2005. Disponível em: <<http://eprints.lancs.ac.uk/4440/2/23442041.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

SEMINO, Elena. A corpus-based study of metaphors for speech activity in British English. In: STEFANOWITSCH, Anatol; GRIES, Stefan T. (Ed.). **Corpus-based approaches to metaphor and metonymy**. Berlin/New York: Walter de Gruyter GmbH & Co., 2007. p.36-62. (Trends in Linguistics - Studies and Monographs, 171)

SMIT, Joana W.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, Nair Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramaZero**, v.5, n.1, 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br/fev04/Art_03.htm>. Acesso em 30 jan. 2015.

SWEETSER, Eve E. Metaphorical models of thought and speech: a comparison of historical directions and metaphorical mappings in the two domains. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 13., 1987, Berkeley: Berkely linguistics Society. **Proceedings...** Berkeley: 1987, p.446-459. Disponível em: <<http://linguistics.berkeley.edu/bls/proceedings.html>>. Acesso em 30 jan. 2015.

SWEETSER, Eve E. **From etymology to pragmatics: the mind-body metaphor in semantic structure and semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

WISEMAN, Rob. Ancient roman metaphors for communication. **Metaphor and Symbol**, v.22, n.1, p.41-78, 2007a. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10926480709336753#preview>>. Acesso em 30 jan. 2015.

WISEMAN, Rob. Metaphors concerning speech in Homer. In: CRAIG, R. T. e MULLER, H. L. (Ed.). **Theorizing communication: readings across traditions**. Los Angeles-London-New Delhi-Singapore: SAGE Publications, 2007b. p.7-18.

ZANOTTO, M. S.et al. Apresentação à edição brasileira. In: ZANOTTO, M. S., MOURA, H. M. M., NARDI, M. I. A. (Ed.). **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas/São Paulo: EDUC/Mercado de Letras, 2002. p.9-38.